



Câmara Municipal de Guarapari

Legislatura 2025-2028

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 3º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2025, CONFORME ART. 9º, § 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

Às 9:00 horas do dia 26 (vinte e seis) do mês de fevereiro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), no Plenário da CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI localizado na Av. Getúlio Vargas, nº299, Centro, Guarapari / ES, conforme convocação por Edital realizada pela Presidente da Câmara Municipal de Guarapari, deu-se início à Audiência Pública destinada a apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do Município de Guarapari referente ao 3º Quadrimestre ano de 2025, realizada por técnicos da Secretaria da Fazenda Municipal, em cumprimento ao que dispõe o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000. A reunião contou com a presença dos Membros da Comissão de Economia e Finanças desta Casa de Leis, quais sejam, Vereador Vinicius Lino (relator), vereador Marcelo Rosa (membro) e a vereadora Kamilla Rocha (presidente). Estiveram presentes também o Secretário Municipal de Fazenda, o Sr. Raphael Maleque Felicio, o Sub Secretário da Fazenda, o Sr. Zé Luiz dos Santos. Inicialmente, o relator da Comissão de Economia e Finanças, Vereador Vinicius Lino, fez o uso da palavra e cumprimentou a todos os presentes e ressaltou a importância desta audiência já que a mesma coloca em evidência a transparência da Câmara Municipal de Guarapari e da Prefeitura Municipal. Em seguida, o relator, declarou aberta a audiência. Logo após, o relator passou a palavra para o Vereador Marcelo Rosa que fez uso da palavra e cumprimentou todos os presentes, destacou a presença dos representantes da Secretaria Municipal da Fazenda e desejou uma boa audiência. Em seguida, o relator passou a palavra para o Sr. Raphael Maleque Felicio, para que pudesse realizar a demonstração do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2025. Com a palavra, o Sr. Rafael Maleque, iniciou a apresentação dos dados referentes ao terceiro quadrimestre de 2025, destacando que, por se tratar do último período do exercício, foram apresentados também os resultados consolidados de todo o ano. Ressaltou que os números demonstram a responsabilidade fiscal da gestão municipal, sob a administração do Prefeito Rodrigo Borges. Durante a apresentação, foi explicado o conceito de resultado primário, que representa a capacidade do município de honrar seus compromissos com recursos próprios, provenientes de tributos e transferências constitucionais. Informou-se que as receitas primárias correntes do município no exercício de 2025 totalizaram R\$ 672.960.110,00, enquanto as despesas primárias somaram R\$ 608.641.561,00, resultando em superávit primário de R\$ 61.469.570,00. Foi destacado que a meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias era de déficit primário de aproximadamente R\$ 583.000,00, evidenciando que o resultado alcançado superou significativamente a previsão inicial. Também foi apresentado o resultado nominal do exercício, que atingiu o montante de R\$ 64.484.945,00, superando amplamente a meta estabelecida na LDO, que era de aproximadamente R\$ 2.382.000,00. Na sequência, foram expostos os dados do balanço orçamentário da receita, demonstrando que a previsão inicial da Lei Orçamentária Anual para 2025 era de R\$ 670.740.000,00, enquanto a arrecadação efetivamente realizada foi de R\$



Câmara Municipal de Guarapari

Legislatura 2025-2028

720.281.117,00, representando um incremento superior a R\$ 50 milhões. Destacou-se o crescimento das receitas correntes, bem como das transferências constitucionais, especialmente em razão do aumento da arrecadação de ICMS e royalties. Em relação às despesas, informou-se que a previsão orçamentária era de R\$ 728.411.730,00, sendo executado o montante de R\$ 667.493.338,00. Dessa forma, o município apresentou superávit orçamentário aproximado de R\$ 52.787.000,00. Foi esclarecido que parte desse valor corresponde a recursos vinculados, destinados obrigatoriamente a áreas específicas como saúde, educação e assistência social. Durante a audiência, foi aberto espaço para questionamentos por parte dos vereadores presentes. O Vereador Marcelo Rosa questionou sobre o aumento registrado nas transferências correntes do município em relação ao valor inicialmente previsto. Em resposta, o Secretário Municipal da Fazenda explicou que o aumento se deve principalmente às transferências constitucionais recebidas pelo município, como ICMS, royalties e outros repasses provenientes da União e do Estado, destacando também o trabalho realizado pela Secretaria de Fazenda para melhoria do Índice de Participação dos Municípios (IPM). Ainda durante os questionamentos, foram levantadas dúvidas sobre a utilização dos recursos provenientes do financiamento Finisa, especialmente quanto ao planejamento das obras previstas à época da contratação do empréstimo. Foi esclarecido que parte dos recursos foi utilizada em investimentos como georreferenciamento e conclusão de obras que já se encontravam em andamento, sendo ressaltado que o planejamento específico das obras compete à Secretaria Municipal de Obras, cabendo à Secretaria de Fazenda o controle financeiro e orçamentário dos recursos. A Vereadora Kamilla Rocha também realizou questionamentos relacionados à arrecadação municipal e à cobrança de tributos, mencionando a necessidade de atendimento às orientações do Tribunal de Contas quanto à cobrança de receitas municipais, como o IPTU, a fim de evitar caracterização de renúncia de receita. Em resposta, o Secretário informou que a atual gestão tem adotado medidas para fortalecer os mecanismos de arrecadação e cobrança, incluindo capacitação de servidores, implementação de sistemas de inteligência fiscal e programas de autor regularização para contribuintes. Também foi discutida a possibilidade de implantação de programas de regularização fiscal, como Refis. A equipe da Secretaria de Fazenda informou que tais programas são avaliados com cautela, em razão das orientações dos órgãos de controle quanto à renúncia de receita. Foi informado ainda que está em estudo a atualização do Código Tributário Municipal e a criação de mecanismos como a transação tributária e novas modalidades de parcelamento, com o objetivo de facilitar a regularização de débitos pelos contribuintes. Além disso, foram levantadas questões relacionadas ao aumento do valor venal de imóveis e às contestações apresentadas por contribuintes quanto ao IPTU. A Secretaria informou que foi estruturada equipe técnica para análise dos pedidos de revisão, sendo realizados encaminhamentos de fiscalização e avaliação técnica dos processos apresentados. Durante os questionamentos, o Vereador Vinicius Lino abordou o tema relacionado à distribuição de uniformes e kits escolares aos alunos da rede municipal de ensino. O vereador questionou se tais investimentos estavam contemplados nos recursos destinados à educação apresentados na prestação de contas. Em resposta, o Secretário esclareceu que os valores



Câmara Municipal de Guarapari

Legislatura 2025-2028

apresentados correspondem às despesas gerais aplicadas na educação conforme os limites constitucionais, informando ainda que novos investimentos, como a aquisição de kits escolares, estão previstos para execução no exercício de 2026, conforme planejamento da administração municipal. Logo após, o Secretário da Fazenda destacou que o município possui atualmente estoque de dívida ativa estimado em aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, sendo parte desses créditos de difícil recuperação. Informou ainda que a administração municipal está desenvolvendo mecanismos de transação tributária e atualização do Código Tributário Municipal, com o objetivo de melhorar a arrecadação sem aumento de tributos. Na apresentação dos índices constitucionais, foi demonstrado que o município aplicou 25,64% da receita vinculada em educação, superando o mínimo constitucional de 25%. Na área da saúde, a aplicação foi de 17,18%, também acima do mínimo exigido de 15%. Quanto às despesas com pessoal, foi informado que o município encerrou o exercício de 2025 com índice de 49,28% no Executivo, abaixo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e com índice total de 51,69% considerando Executivo e Legislativo, mantendo-se dentro dos limites legais. Ao final da apresentação, foi aberto espaço para perguntas e manifestações dos vereadores e assessorias presentes, sendo esclarecidas dúvidas relacionadas à gestão fiscal, arrecadação municipal e planejamento financeiro para os próximos exercícios. Nada mais havendo a tratar, foram feitas as considerações finais pelo Secretário da Fazenda, que reiterou o compromisso da gestão municipal com a responsabilidade fiscal e a transparência na administração dos recursos públicos. Em seguida, *a presidente agradeceu a presença de todos, não havendo mais nada a tratar, a Vereadora Kamilla Rocha, declarou encerrada a audiência pública e mandou que se lavrasse a presente Ata vai ser assinada pela Presidente da Comissão, pelo membro e pela relatora.* Guarapari/ES, 26 de fevereiro de 2026. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Kamilla Rocha
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS



Marcelo Rosa
MEMBRO DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS



Vinicius Lino
RELATOR DA COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS